

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

A Herança Colonial - Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira.

Thiago Lima Nicodemo[?]

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, do ponto de vista historiográfico, o papel do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) como organizador e principal participante da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* nos seus dois primeiros tomos (“A época colonial” e o “Brasil Monárquico”), publicados em São Paulo pela editora Difusão Européia do Livro entre 1960 e 1972. Deste modo, tem-se em mente contribuir para o melhor entendimento do papel desta coleção que pode ser considerada o último projeto de uma grande história do Brasil, bem como o papel de sua realização no percurso intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Esta análise aponta para um quadro de especialização acadêmica do conhecimento histórico e de mudança de eixo das pesquisas historiográficas do Brasil Colônia para o século XIX, que culminou com a formação de um sistema de leitores e autores ligados à universidade, abrindo portas para vários outros projetos editoriais que até hoje têm sua importância e merecem ser submetidos à reflexão.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; História Editorial; Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972).

1. Introdução

É possível dizer que a história como disciplina acadêmica, dentro de um contexto universitário, nasce com a formação da Universidade de Berlim no início do século XIX. Por trás desta iniciativa podemos identificar dois elementos que merecem destaque. O primeiro é um comprometimento rigoroso com um ideal de ciência destinado a durar quase todo o século XIX e parte do XX, moldado a partir da recepção nem um pouco tranqüila dos ideais iluministas franceses, especialmente após a chegada das primeiras notícias da revolução de 1789. O segundo é o fato de que o projeto de criação da universidade se inseria em um projeto mais abrangente: o imperialismo prussiano, que àquela altura pretendia a unificação do território conhecido atualmente como alemão sob o seu jugo¹.

A concepção moderna de história nasceu, assim, de algo que hoje se apresenta aos nossos olhos como aparentemente contraditório. Um ideal de ciência e como tal,

[?] Bacharel em Direito pela PUC-SP e em História pela USP. É Pós-Graduando em História Social no Departamento de História da FFLCH/USP e desenvolve suas atuais pesquisas sobre a relação entre crítica literária e história na obra de Sérgio Buarque de Holanda entre 1940 e 1960.

pretensamente neutro, mas destinado a inventar um Estado unitário que na realidade nunca existiu e a conferir legitimidade a uma de suas partes para predominar como reino sobre as outras.

Este modelo de ciência histórica como discurso organizador da identidade nacional, a partir daquele momento, tornou-se conhecido e foi, ao longo do século XIX, incorporado e apropriado por outras nações em formação. De início, em um contexto europeu, mas posteriormente, não é difícil de se imaginar que esta fórmula – história, identidade e nação – serviu perfeitamente às novas nações do território americano que se formavam ao longo do XIX e nelas se tornou idéia profundamente arraigada².

No Brasil, o processo de fortalecimento e unificação do Estado através da constituição de um discurso histórico definido e homogêneo sobre a nação seguiu as mesmas linhas mestras. Entretanto, o local privilegiado para estas discussões não foi a universidade como no caso europeu. O projeto de criação da historiografia nacional brasileira começou a materializar-se com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)³ em 1838, uma academia composta de membros escolhidos ou eleitos através de relações eminentemente sociais e pessoais, cujas expensas eram pagas em boa medida pelo Império, e seu modelo inspirado nas academias ilustradas francesas⁴.

Além da criação do IHGB, o projeto de instituição de uma história nacional só se completaria com a composição de uma obra definitiva que resumisse todo o anseio de unidade e centralização do Estado então independente. Em 1840, o IHGB promove um concurso que premiaria o melhor plano para a composição de uma história do Brasil, vencido em 1847 pelo viajante e naturalista alemão Karl F. P. von Martius⁵, publicado na própria revista do instituto em 1845⁶. A história oficial do Brasil, baseada, em boa medida, no paradigma estabelecido por von Martius, acabou sendo escrita por um dos membros mais participativos do IHGB – o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, sob o título de *História Geral do Brasil*⁷.

A história das Histórias do Brasil começa e segue seu caminho por mais ou menos cem anos utilizando e se referindo, positivamente ou negativamente, à obra de Varnhagen. O paradigma da construção da identidade nacional através do discurso científico-histórico continuou impresso pela vontade de descobrirmos nossas raízes e o processo de formação de nossa sociedade e de nossas idéias.

Este artigo tem em vista refletir sobre o projeto e a realização da última grande história do Brasil – a *História Geral da Civilização Brasileira*, nos seus 7 primeiros volumes, organizados pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda e publicados em São

Paulo pela Editora Difusão Européia do Livro (Difel) entre 1960 e 1972. A idéia que norteia este trabalho é que esta coleção se diferencia da tradição de composição das histórias do Brasil como uma nação homogênea subordinada aos desígnios do Estado, na qual toda trama dos agentes históricos se subordina à existência teleológica de uma imagem sagrada e anterior de Brasil. É possível conceber que a coleção seja, na sua estrutura e pelo menos nos textos de seu organizador, que é também seu o maior participante, uma espécie de tese. A idéia defendida é que a nação brasileira como unidade ideológica só começou a ser formada em finais do século XVIII às custas de muita luta e sangue derramado, e não como entidade existente desde a chegada dos portugueses no Brasil, ou melhor, na América portuguesa.

Por isso, inicialmente tecerei considerações sobre o contexto de produção da *História Geral da Civilização Brasileira*, em primeiro lugar como parte da obra de Sérgio Buarque de Holanda na medida em que seu plano, a escolha dos participantes e uma parte significativa dos textos são de sua autoria e, portanto, se enquadram dentro de um conjunto de interesses e desenvolvimento de conceitos iniciados nos anos 20 e 30, mas que ao longo dos anos 50 ganharam contornos muito específicos e que merecem ser compreendidos. Em segundo lugar, no contexto de desenvolvimento dos estudos universitários no Brasil, em especial na Universidade de São Paulo, momento no qual a especialização e profissionalização dos estudos acadêmicos vinha se desenvolvendo decisivamente. A *História Geral da Civilização Brasileira* pode ter colaborado com a sedimentação de uma comunidade acadêmica, o que implica em um processo de formação de um sistema de autores e leitores que culminou com uma mudança de eixo nos estudos históricos no Brasil do período colonial para o século XIX, perceptível especialmente no final dos anos 60⁸. Não é por acaso que dos 7 tomos analisados, apenas dois dizem respeito ao período colonial, compreendendo mais de 300 anos, e os outros cinco volumes ao Império, período que formalmente durou menos de 70 anos. A *História Geral da Civilização Brasileira* provavelmente colaborou e impulsionou esta mudança que significa a quebra do paradigma nacional de construção do discurso histórico por intermédio da especialização do historiador e de seu instrumental, processo iniciado pelo menos desde os anos 30.

Na segunda parte deste trabalho procurarei compreender a escolha e o papel dos participantes da *História Geral da Civilização Brasileira*, levando em consideração questões como o pertencimento ao meio universitário, ao fato de serem historiadores, ou participarem do grupo de Sérgio Buarque de Holanda, questões relevantes para que, já

nas considerações finais, possamos conhecer melhor a relação da publicação da *História Geral da Civilização Brasileira* com a formação de uma comunidade acadêmica e de um novo conjunto de preocupações historiográficas. É necessário dizer que este artigo é apenas um esforço inicial, a primeira etapa de um estudo mais longo sobre esta coleção e por isso não tem a pretensão de dar respostas definitivas às próprias questões levantadas. Este trabalho é muito mais um teste de validade destas questões.

Toda vez que me referir à *História Geral da Civilização Brasileira*, utilizarei a sigla *HGCB*. As categorias que organizam a coleção são, hierarquicamente, tomos, volumes, livros e capítulos. Os tomos estabelecem a divisão principal da coleção, entre Brasil colônia e império. Os volumes, por sua vez, incluem livros que tratam de temas com certa dose de autonomia, e estes incluem os capítulos. A indicação destas subdivisões será feita com as siglas ‘t.’ para tomos e ‘v.’ para volumes, e estará disposta como referência entre parênteses, quando necessário. O quadro abaixo procura esclarecer a estrutura da coleção e as datas das primeiras edições⁹:

	Tomo I – A época colonial	Tomo II – O Brasil monárquico
Volume	1. Do descobrimento à expansão territorial (1960)	1. O processo de emancipação (1962)
	2. Administração, economia, sociedade (1960)	2. Dispersão e unidade (1964)
		3. Reações e transações (1967)
		4. Declínio e queda do império (1971)
		5. Do império à república (1972)

2. O contexto de produção da *História Geral da Civilização Brasileira*

No segundo semestre de 1956, Sérgio Buarque de Holanda foi convidado pelo Professor Eurípedes Simões de Paula – então Diretor da FFCL e chefe da cadeira de História Antiga e Medieval – para preencher a vaga de Alfredo Ellis Jr., recém aposentado, na cátedra de História da Civilização Brasileira¹⁰. Os motivos deste convite se devem provavelmente ao estreitamento de relações entre o intelectual e a USP desde que voltou a viver em São Paulo em 1946, ano em que assumiu a direção do Museu Paulista, e por ter se tornado professor na Escola de Sociologia e Política no ano seguinte¹¹.

A situação de substituto de Alfredo Ellis Jr. era precária na medida em que, para assumir oficialmente a cátedra de História da Civilização Brasileira, deveria prestar um concurso que consistia na defesa de uma tese frente a uma banca examinadora, além da

realização de uma prova escrita e uma didática. Entre o final de 1956 e meados de 1958, momento do concurso, Sérgio Buarque se dedicou à composição da tese que receberia o título *Visão do Paraíso*. Este processo envolveu a compilação do imenso material levantado durante toda a década de 50, especialmente aquele recolhido no período em que viveu na Itália¹². Um dos pré-requisitos para a entrada no concurso de professor catedrático era possuir título acadêmico anterior, coisa que Sérgio Buarque não tinha. Poucos meses antes deste concurso de cátedra, em 4 de julho de 1958, Sérgio Buarque de Holanda defende, na Escola de Sociologia e Política, tese de mestrado intitulada *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*, cujo conteúdo até hoje é pouco conhecido, mas de qualquer maneira, guarda semelhanças e distinções interessantes com a tese *Visão do Paraíso*, defendida no dia 14 de novembro de 1958¹³.

No ano seguinte à defesa da tese de cátedra, Sérgio Buarque de Holanda foi convidado por Jean-Paul Monteil, então diretor da Editora Difusão Européia do Livro, para dar concretude à idéia de realizar no campo da história do Brasil uma coleção semelhante às que o mesmo editor havia recentemente traduzido e publicado no país: *História Geral das Civilizações*¹⁴, dirigida por Maurice Crouzet, e *História Geral das Ciências*¹⁵, dirigida por René Taton¹⁶. A idéia consistia em dar acesso ao público leigo e a estudantes às recentes pesquisas e análises que se produziam na universidade sobre história do Brasil, seguindo os princípios contidos nas coleções que lhe servem de modelo: o da heterogeneidade das áreas das quais provêm os colaboradores, tanto do ponto de vista da sua formação quanto da unidade de pesquisa da qual eles viriam; e o da liberdade de pontos de vista e discrepância de interpretação entre os autores responsáveis, coisa que garantiria a amplitude do conjunto e a multiplicidade de abordagem dos temas¹⁷. Deste modo, a escolha de Pedro Moacyr Campos como assistente para a publicação da *HGCB* se deve, provavelmente, para além das suas qualidades de organização e rigor, ao fato dele ter traduzido a coleção *História Geral das Civilizações* do original em francês para o português. Isto explicaria qual papel na concepção inicial da coleção que teria um professor de História Antiga e Medieval como assistente de direção de um texto de História do Brasil. Assim, Pedro Moacyr Campos garantiria a legitimidade e a sensação de continuidade entre o conjunto francês e o brasileiro, quanto ao respeito às diretrizes gerais, o que explica o uso do termo ‘civilização’ na coleção brasileira.

Estas características de multiplicidade das abordagens dos temas e da formação dos colaboradores não por acaso estavam presentes no projeto de criação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em 1962. Quem atenta para esta questão é o historiador João Ricardo C. Caldeira, no livro que foi sua tese de doutorado defendida no Departamento de História da FFLCH-USP em 2000. Segundo ele, o IEB foi idealizado nos moldes de um *area studies center*¹⁸ que fosse multidisciplinar, “porque o conjunto de disciplinas integrantes do Instituto abordaria, através de métodos diversos, um mesmo objeto, a realidade brasileira” e multitemático, “porque isoladamente ou em conjunto as disciplinas que o compõem se voltariam para investigar os aspectos mais diversos do Brasil”¹⁹.

Assim como no caso da *História Geral da Civilização Brasileira*, o projeto do IEB foi baseado em um modelo estrangeiro e prezou pelos mesmos princípios de abrangência de disciplinas e de temas envolvidos na investigação de um mesmo objeto, o Brasil. Por trás de ambos existe uma concepção de Brasil que merece ser compreendida e que João Ricardo C. Caldeira trouxe significativa colaboração ao ampliar o conceito de *brasiliana*, de coleções de livros dedicados a temas brasileiros para um conjunto de acervos diferenciados e especializados em Brasil de modo complexo e dinâmico, e somá-lo ao conceito de *area studies center* na compreensão do que é o IEB.

Em conjunto com os projetos da *HGCB* e do IEB, a compreensão da trajetória de Sérgio Buarque de Holanda se torna mais rica e mais complexa ainda se for possível dar conta de sua atividade como docente, mais especificamente, de sua atividade como orientador. Devo concordar novamente com João Ricardo C. Caldeira ao afirmar que Sérgio Buarque de Holanda tinha sério interesse no processo de formação de pesquisadores, valorizando sua atuação como professor, mas sem a preocupação de criar escola. Nas próprias palavras de Caldeira:

“Interessava-lhe sobretudo a diversidade, a pluralidade de temas e perspectivas. Orientou seus discípulos para dar-lhes independência intelectual, e não para aprisioná-los a diretrizes fixas e pré-determinadas. Por esse motivo, na orientação de teses, propunha assuntos os mais diversos, acatando também sugestões dos próprios alunos, quando os considerava relevantes. Orientou-os na valorização da pesquisa empírica, no diálogo com os documentos, e a não guiarem seus trabalhos por modelos teóricos pré-estabelecidos.”²⁰

Nesse sentido, é importante ressaltar a presença de vários de seus orientandos, como Antônia Fernanda Pacca de Almeida (Wright), Maria Teresa Schorer Petrone,

Frank Perry Goldman, Sueli R. R. de Queiroz, Jeanne B. de Castro, José Sebastião Witter e Maria Odila L. S. Dias, na realização tanto do IEB quanto da *HGCB*. Dentre muitos exemplos, se atentarmos ao desenvolvimento da obra de Maria Odila L. S. Dias, veremos um caso em que uma linha de pesquisa do orientador toma corpo e personalidade própria em sua evolução. A relevância do exemplo desta historiadora consiste no fato de que sua linha de pesquisa entra no nervo da questão da transição dos interesses de Sérgio Buarque de Holanda em direção ao processo de emancipação do Brasil e, conseqüentemente, à época imperial.

Isto pode ser identificado através de uma análise comparativa do seu artigo publicado em 1968 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, chamado “Aspectos da Ilustração no Brasil”²¹, e dos textos “A herança colonial – sua desagregação” (*HGCB*, t. II, v.1) e “São Paulo” (*HGCB*, t. II, v.2). A questão em comum entre estes textos é a preocupação com a importação e recepção de idéias ilustradas e liberais no Brasil. Não deixa de ser curioso também a escolha do tema de doutoramento da autora - uma pesquisa sobre as condições de produção e realização daquela que foi, no seu ponto de vista, assim como no do seu orientador, a primeira História do Brasil²²; nas palavras da historiadora:

“A separação política não coincidiria com a consolidação da unidade nacional e, na falta de consciência nacional bem definida, não seria muito de esperar, naquela data, que partisse dos ilustrados brasileiros o primeiro ensaio de interpretação histórica, com visão orgânica e de conjunto sobre a evolução e peculiaridades da colonização portuguesa. Em seu exílio na Inglaterra, onde absorveria as forças de maturação política do ambiente em que vivia, Hipólito da Costa pretendeu realizar a façanha mas sem levar a efeito o projeto. Nas primeiras décadas do século passado, o máximo de visão de conjunto seria o dicionário geográfico das possessões portuguesas na América, redigido por Ayres do Casal. Entretanto, desde a vinda de João VI para o Rio, assinava-se, nos meios ilustrados, por uma obra que abrangesse toda a história da colonização portuguesa e viesse a atualizar a de Rocha Pita.”²³

É importante observar como elementos contidos e decorrentes desta observação, especialmente no que diz respeito à crítica da concepção teleológica da formação da nação e suas relações com a produção de história, estão presentes nos critérios de organização da *HGCB* e são definitivos para compreender a mudança derradeira de foco que a obra de Sérgio Buarque de Holanda sofre no início dos anos 60, da Época Colonial para o Império.

Retomando o percurso intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, vale lembrar que suas atividades como docente foram interrompidas, pelo menos parcialmente, em 1969, devido a sua aposentadoria, que, ao que consta, foi pedida em solidariedade às

aposentadorias compulsórias promovidas no bojo das medidas do AI-5²⁴. Todavia, algumas das atividades que Sérgio Buarque de Holanda cultivou durante sua presença na USP seguiram tendo papel central em sua vida intelectual. A própria *HGCB*, que teve edições em 1971 (t. II, v. 4) e 1972 (t. II, v. 5), é um bom exemplo disso. A questão da relação de Sérgio Buarque com o grupo de orientandos pelo qual era responsável, entretanto, não está muito bem esclarecida. No catálogo de teses defendidas no Departamento de História da USP entre 1945 e 1975 editado pela Professora Myriam Ellis, já referido neste artigo, não constam mais orientações por parte de Sérgio Buarque a partir de 1969. Entretanto, muitos são os que se consideram seus orientandos. Minha hipótese é que o historiador, apesar de formalmente impossibilitado devido a sua aposentadoria, seguiu orientando em caráter informal muitos historiadores. Um indício que corrobora esta possibilidade é a razoável quantidade de registros de sua presença em bancas de defesa de tese na mesma Universidade neste período.

3. Os colaboradores e o projeto da *HGCB*

O total de intelectuais participantes nos primeiros sete volumes da *HGCB* é de 52 indivíduos. Destes, 12 escreveram mais de uma vez ao longo da coleção. Os 2 participantes mais assíduos são o próprio organizador, Sérgio Buarque de Holanda, com 12 colaborações próprias e 2 em co-autoria com outros intelectuais, e o historiador Arthur César Ferreira Reis, com 10 colaborações.

Dos 14 artigos escritos por Sérgio Buarque de Holanda na coleção (12 de autoria própria somados às 2 co-autorias), 9 deles, inclusive as 2 co-autorias, encontram-se no tomo I, volume 1 da *HGCB*. Vale ressaltar que este tomo conta com 20 artigos no total. Segundo o próprio historiador, na introdução geral à coleção:

“O responsável pela coleção, que a princípio pensara em redigir apenas um dos capítulos, e não o mais considerável do presente volume, viu-se, por fim, na contingência de substituir vários autores que não puderam, ou só puderem em grau limitado, dar sua colaboração ao projeto. Esse inconveniente será corrigido, porém, no volume segundo, que já está praticamente em condições de imprimir-se, e com todas as possibilidades no restante da série.”²⁵

Tudo indica, com efeito, que a quantidade de artigos escritos pelo historiador no primeiro volume da coleção se deva aos motivos ressaltados na passagem acima. O fato de que os volumes seguintes contam com, respectivamente, 2 colaborações no tomo I, volume 2 (que tem no total 22 artigos); 1 colaboração no tomo II, volume 1 (cujo total é

de 15 artigos); 1 colaboração no tomo II, volume 2 (que conta com 11 artigos); e 1 colaboração no tomo II, volume 3 (17 artigos), não tendo colaborado no tomo II, volume 4, atesta que sua presença como autor diminuiu significativamente em comparação com o primeiro volume da obra. Nunca é demais lembrar que o tomo II, volume 5 é inteiramente de sua autoria, porém, este volume é uma espécie de “acidente de percurso”, uma vez que foi concebido inicialmente como capítulo final do volume anterior (t. II, v. 4)²⁶. As razões pelas quais este ‘capítulo’ foi tão ampliado são coerentes com aquilo que nos referimos anteriormente como mudança derradeira de foco que a obra de Sérgio Buarque de Holanda sofre nos início dos anos 60 da Época Colonial para o Império.

Arthur Cézár Ferreira Reis, segundo colaborador mais assíduo da coleção, nasceu no estado do Amazonas, formou-se em direito e teve longa carreira como jornalista e administrador público. Dedicou sua vida aos estudos de temas e direção de instituições ligadas a Amazônia e à região norte do Brasil. No período que contribuiu na *HGCB*, foi nomeado chefe do Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara em 1962, durante o governo Carlos Lacerda e governador do estado do Amazonas, em 1964, durante a Ditadura Militar, pelo presidente Castello Branco. Seu perfil intelectual não pode ser considerado especializado; Arthur C. F. Reis se enquadra na dinâmica intelectual anterior à especialização das ciências universitárias, o que é reforçado pela sua participação na vida política brasileira. Alguns de seus textos na *HGCB* são: “A ocupação portuguesa do vale amazônico” (t. I, v. 1), “O comércio colonial e as capitâneas privilegiadas” (t. I, v. 2), “Inquietações no norte” (t. I, v. 2), “A inconfidência baiana” (t. I, v. 2), “A ocupação de Caiena” (t. II, v. 1) e “O Grão-Pará e o Maranhão” (t. II, v.2).

A participação maciça deste intelectual suscita um questionamento interessante: se um dos objetivos da coleção era colocar em contato com o público leigo e estudantes os resultados das pesquisas recentes elaboradas na academia na época, por que então o segundo participante mais ativo da coleção ter sido um intelectual polígrafo, não submetido a uma lógica de especialização e profissionalização das ciências acadêmicas? O processo de profissionalização e especialização acadêmica universitária ainda estava concretizando-se, e a parcela significativa de intelectuais não ligados à universidade aponta para este desenvolvimento²⁷.

Além do historiador Arthur C. F. Reis, participaram significativamente da coleção outros intelectuais não vinculados à Universidade. Contam-se 13 colaboradores

cuja contribuição totalizou 24 artigos. Esta mesma escassez de intelectuais acadêmicos transforma em uma tarefa demasiado árdua a tentativa de determinar qual era o envolvimento dos autores com seus objetos de pesquisa. Isto implicaria também em um comprometimento com outra questão nebulosa, a de estabelecer critérios que permitissem apontar o pertencimento destes colaboradores à áreas de disciplinas acadêmicas em um contexto no qual a atividade intelectual no Brasil vinha se tornando especializada. Entretanto, a simpatia que Sérgio Buarque de Holanda demonstra pela produção intelectual acadêmica ao longo de sua obra²⁸ não exclui o fato de que durante grande parte de sua vida intelectual ele próprio foi desvinculado de qualquer universidade.

Portanto, pode-se identificar um esforço por parte de Sérgio Buarque no sentido de transformar esta coleção em *medium* entre a produção acadêmica e o público leigo e estudantil desde o início do projeto da *HGCB*. Este esforço, contudo, não foi tentado a qualquer custo, uma vez que quando necessário, Sérgio Buarque não hesitou em convocar intelectuais de procedências variadas, normalmente indivíduos bastante conhecidos por notório saber nos temas em que desenvolveram suas respectivas contribuições no conjunto²⁹.

Neste contexto, outro dado que merece relevo é a quantidade de participações de intelectuais vindos da Universidade de São Paulo, dentre todos os colaboradores de origem universitária. Estes contam 29 indivíduos³⁰ que contribuíram com 58 artigos, em um total de 37 indivíduos oriundos de universidades que contribuíram com 69 artigos³¹.

Do total de 58 artigos escritos pelos 29 participantes vindos da USP, um dado que merece destaque é que 53 destes artigos foram escritos por 26 colaboradores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Os demais 3 colaboradores são 2 da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE, futura FEA), que escreveram 2 artigos cada um, e 1 da Faculdade de Direito (FD), que tem apenas 1 artigo de sua autoria. Ademais, um dos 2 autores provenientes da FCE era a historiadora Alice P. Canabrava, formada, doutorada e cuja carreira docente iniciou-se em história na FFCL. Este dado mostra a predileção do organizador por colaboradores da FFCL e, de certa maneira, corrobora minha hipótese de que existiu, de fato, uma preocupação em trazer ao público as pesquisas universitárias sobre a história do Brasil na época que e do papel da Faculdade de Filosofia da USP no processo de especialização das disciplinas acadêmicas e de profissionalização da atividade intelectual no Brasil.

Do grupo de intelectuais da Faculdade de Filosofia da USP, que, conforme dito anteriormente, somavam 26 indivíduos que contribuíram com 53 artigos na coleção, uma questão merece destaque: 12 destes intelectuais vinham do Departamento de História e produziram 35 artigos. Em outras palavras, eles representaram 46% dos participantes e 66% dos artigos escritos por intelectuais da FFCL. Os outros departamentos que tiveram participantes no grupo são: a Sociologia, com 4 participantes e 6 artigos publicados; Educação, com 3 colaboradores e 5 artigos; Geografia com 2 colaboradores e 3 artigos; Antropologia com 2 colaboradores que fizeram em parceria 1 artigo; Letras com 1 participante que escreveu 2 vezes; Filosofia com 1 participante e 2 artigos e a Ciência Política, com 1 participante e 1 artigo.

Este quadro pode ser comparado com a disposição inicial das cadeiras na estrutura do IEB. Este instituto contava com as cadeiras de História da Civilização Brasileira (FFCL), Geografia do Brasil (FFCL), Literatura Brasileira (FFCL), Antropologia e Etnografia do Brasil (FFCL), História Econômica Geral e do Brasil e Formação Econômica e Social do Brasil (FCEA), Geografia Econômica e Geral do Brasil (FCEA), Economia IV (FCEA) e História da Arquitetura no Brasil (FAU)³². Esta comparação mostra que as concepções de multiplicidade de disciplinas e de temas presentes na concepção do IEB foram muito próximas das concepções que presidiram a organização da *HGCB*. No caso do IEB, seu diretor claramente privilegiou disciplinas que tivessem como tema principal assuntos brasileiros. Na *HGCB*, por sua vez, Sérgio Buarque procurou privilegiar áreas acadêmicas nas quais houvesse linhas de pesquisa consistentes e produção acadêmica conhecida sobre temas brasileiros. Comparando os casos, é possível concluir que sua concepção de conhecimento, e mais do que isso, de busca de um conhecimento possível sobre o Brasil era indissociável do desenvolvimento de áreas acadêmicas especializadas e setorializadas nas ciências humanas.

Os intelectuais vinculados a instituições acadêmicas que não pertenciam aos quadros da Universidade de São Paulo somam-se 10 indivíduos provenientes de 12 instituições. Destes 10 intelectuais, pode-se dizer que todos eram historiadores, sendo que 2 deles pertenciam a universidades americanas - Richard Graham, da Universidade do Texas, autor de 1 artigo, e John Schulz, da Universidade de Princeton, também autor de 1 artigo. As instituições brasileiras com maior índice de intelectuais participantes, com exceção da USP, foram as Faculdades de Filosofia de Marília e de Rio Claro, com, respectivamente, 1 e 2 participantes, a Universidade do Recife, com 2 participantes, a

Universidade de Porto Alegre³³, com 1 participante, a Universidade da Bahia e a Universidade de Minas Gerais, ambas com 1 participante.

No caso dos participantes da Faculdade de Marília e Rio Claro, pode-se dizer que a sua relação com a Universidade de São Paulo era de estreita dependência. A historiadora Olga Pantaleão (Faculdade de Filosofia de Marília), por exemplo, formou-se e doutorou-se no Departamento de História; este também é o caso dos participantes que vieram da FFCL de Rio Claro, Frank Goldman e Jeanne B. de Castro, que, além disso, foram orientados em suas dissertações por Sérgio Buarque de Holanda. No que diz respeito aos participantes das outras universidades, pode-se dizer que estes historiadores foram convocados a participar na medida em que o tema dos artigos que lhes foi pedido coincidia com a região na qual estes atuavam. É o caso do historiador J. A. Gonçalves de Mello, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, que escreveu sobre o domínio holandês na Bahia e no nordeste (t. I, v. 1), bem como o caso de Amaro Quintas, da mesma instituição, autor de “A agitação republicana no nordeste”(t. II, v. 1), e de Francisco Iglesias, da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, que escreveu “Minas Gerais” (t. II, v. 2). Quanto à participação dos 2 historiadores de universidades americanas, a tendência anteriormente citada coube no caso de Richard Graham, que escreveu o artigo “Brasil – Inglaterra, 1831/1889” (t. II, v. 4), mas o mesmo não ocorreu no caso de John Schulz, pois escreveu “O Exército e o Império” (t. II, v. 4), tema de sua especialidade.

4. Considerações finais

Assim como na experiência alemã já mencionada neste texto, as questões da profissionalização e especialização da disciplina da história no Brasil e construção da identidade nacional por meio dos interesses do Estado pode ser relacionada e trás contribuições importantes para a história intelectual brasileira contemporânea. No Brasil, o processo de profissionalização da disciplina histórica tomou contornos mais claros em fins dos anos 30 do século XX com a fundação das primeiras faculdades de filosofia públicas como a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, mas só se sedimentou em finais dos anos 60 e início dos 70 com a adoção de novos modelos de pós-graduação e difusão de instituições públicas de fomento à pesquisa. Esta sedimentação acompanhou também uma mudança de interesse dos estudos históricos, do período Colonial ao século XIX, cujos ecos permanecem até hoje. Trata-se apenas de uma das alternativas abertas pela inserção de novas formas

de se conceber a história, só possibilitadas pelo alto nível de especialização ao qual já me referi. Estas novas correntes historiográficas põem em cheque o velho paradigma de construção da identidade nacional através do discurso histórico e, justamente por isso, o interesse historiográfico dessa comunidade acadêmica se desloca para o século XIX. A nação não é mais preconcebida na construção do discurso histórico. Ela é vista também como um fenômeno histórico construído ao longo do século XIX, ligado a determinados interesses políticos e de classe, obtidos em troca de muitas lutas e injustiças.

A *HGCB* marca, também, o começo do fim de projetos editoriais arquitetados segundo uma concepção de identidade nacional marcadamente tradicional, como as coleções Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio, e a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, coleções que sem dúvidas abriram caminho para novos projetos editoriais como a própria *HGCB*. Outra característica editorial que sucumbia era a da multiplicidade de temas e interesses nos estudos históricos, da não especialização universitária das disciplinas, presentes nas coleções *Brasiliana* e *Documentos Brasileiros*³⁴. A moldagem profissional acadêmica determinou, em certa medida, as novas publicações e as novas editoras. Não se pode ignorar, portanto, que estes novos livros e público acompanhe a formação de novas idéias. A crítica a uma identidade nacional homogênea e preconcebida em todo território brasileiro que outrora a própria história havia ajudado a formar, é uma dessas idéias e pode ser percebida tanto na realização da *HGCB* quanto no percurso intelectual de seu organizador, Sérgio Buarque de Holanda.

¹ Sobre este tema ver: IGGERS, Georg. *The German conception of history. The national tradition of historical thought from Herder to the present*. Hanover, New England: Wesleyan University Press, 1983.

² Como exemplo, cito alguns estudos sobre a formação da disciplina acadêmica da história a partir da recepção do modelo alemão-prussiano nos EUA e na França, respectivamente: NOVICK, Peter. *That noble dream. The objectivity question and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992; RINGER, Fritz. *Fields of knowledge. French academic culture in comparative perspective, 1890-1920*. New York : Cambridge University Press, 1992.

³ Para uma análise das relações entre a criação do IHGB e a produção de uma história subordinada aos ideais nacionais e de centralização do Estado: GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

⁴ *Ibidem*. p. 5. Ver também: ROCHE, Daniel. Le siècle des lumières en province. Académies et academiciens provinciaux, 1680-1789. 2t. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.

⁵ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Op. cit.* p. 16.

⁶ MARTIUS, Karl Friederich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 6(24), jan, 1845, p. 381-403.

⁷ É necessário esclarecer que a *História Geral do Brasil* não estava em conformidade total com as diretrizes do IHGB. Muito pelo contrário, como aponta John Manuel Monteiro, a obra de Varnhagen sofreu resistência por parte de membros do instituto, o que não invalida a hipótese de que ela tenha sido instrumento de representação do Estado e construção da Nação, tanto que chegou a receber o crivo de Dom Pedro II. É igualmente necessário lembrar que a *História Geral do Brasil* pode ser considerada a primeira história oficial do Estado independente do Brasil, mas não necessariamente a primeira história do Brasil. Antes dela, menciono ao menos duas que podem alimentar esta discussão, nenhuma produzida na América portuguesa, são elas: SOUTHEY, Richard. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862 (primeira tradução brasileira, a primeira edição inglesa é de 1808). HANDELMANN, Henrique. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1931 (primeira edição brasileira, a primeira edição alemã é de 1834).

⁸ Catálogo de Teses e Dissertações 1942-1997. São Paulo: Comissão de Pós-Graduação FFLCH/USP, 1998.

⁹ As edições utilizadas dos 7 volumes organizados por Sérgio Buarque de Holanda da HGCB são: *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Do descobrimento à expansão territorial*. t. I, v. 1. 1.ed. São Paulo: Difel, 1960; *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Administração, economia e sociedade*. t. I, v. 2. 1.ed. São Paulo: Difel, 1960; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – Processo de emancipação*. t. II, v. 1. 1.ed. São Paulo, Difel, 1962; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – Dispersão e unidade*. t. II, v. 2. 1.ed. São Paulo: Difel, 1964; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – Reações e transações*. t. II, v. 3. 1.ed. São Paulo: Difel, 1967; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – Declínio e queda do Império*. t. II, v. 4. 1.ed. São Paulo: Difel, 1971; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – Da Monarquia a República*. t. II, v. 5. 1.ed. São Paulo: Difel, 1972.

¹⁰ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Sérgio Buarque de Holanda, o homem. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Arquivo do Estado, USP/IEB, 1988. p. 23.

¹¹ O fundamento desta hipótese é o conjunto de registros de participação em defesas de tese nas quais o nome de Sérgio Buarque está presente. PAULA, Maria Regina C. R. Simões de. Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História*. Número Jubilar, t. 2, v. 3, p. 821-857, 1975.

¹² CANDIDO, Antonio. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 9-11.

¹³ ELLIS, Myriam. Concurso para provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*. Noticiário. São Paulo, Número 38, p. 493-508, abril/junho, 1959.

¹⁴ CROUZET, Maurice (dir). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1955-1958. 17 vols.

¹⁵ TATON, Rene (dir). *História Geral das Ciências*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1959-1967. 14 vols.

¹⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Do descobrimento à expansão territorial*. t. I, v. 1. *Op. cit.* p. 7; FAUSTO, Boris. Organizando a História Geral da Civilização Brasileira (entrevista). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 162, 1988 e CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 46-47.

¹⁷ Segundo o próprio historiador: “Nisto, foi mantido o princípio geral que rege a elaboração das Histórias de Cambridge, onde se presume a existência necessária de discrepâncias de interpretação entre autores responsáveis e bem reputados. Em certos casos, como no caso particular da história econômica – mas por que a limitação? –, elas parecem não só inevitáveis como verdadeiramente essenciais.” (*HGCB* t. 1, v. 1, p. 9 – introdução geral).

¹⁸ Como, por exemplo, é o caso do Institute of Latin American Studies da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (1940) ou do Institute of Latin American Studies da Universidade do Texas em Austin (1941), tal qual citado pelo autor em CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Op. cit.* p. 23-24.

¹⁹ CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Op. cit.* p. 21-23.

²⁰ *Ibidem.* p. 45.

²¹ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 278, p. 105-171, jan/mar, 1968.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DIAS, Maria Odila Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974. p. XIII-XV.

²³ DIAS, Maria Odila Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil*. 1972. Tese de doutorado em História. FFCL/USP. São Paulo. v. I, p. III.

²⁴ Todas as notas biográficas sobre Sérgio Buarque de Holanda atestam este fato; dentre elas, podemos citar: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 51). p. 8.

²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Introdução geral”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Do descobrimento à expansão territorial*. t.I, v.1. *Op. cit.* t. I, v. 1. p. 7.

²⁶ GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, Austin, v. 62, n. 1, fev. 1982. p. 9.

²⁷ Segundo Sérgio Buarque de Holanda: “A verdade, no entanto, está em que são de data recente e em número ainda relativamente escasso, as pesquisas e análises monográficas que poderiam fornecer apoio seguro a muitas tentativas de síntese. Lacunas e deficiências tornaram-se, por vezes, inevitáveis na obra, e algumas são facilmente discerníveis. Como, por exemplo poderia lembrar-se o fato de que ao comércio colonial do Brasil não se dedicou aqui o capítulo que o

tema sem dúvida merece, e que além disso serviria para completar e ajudar a boa inteligência de algumas outras questões que puderam ser devidamente abordadas.”, em introdução geral à coleção *HGCB*, tomo I, volume 1. p. 8. Ademais, o historiador Boris Fausto reforça esta consideração: “Ainda [na época em que a *HGCB* foi idealizada] não havia centenas de pessoas que escreviam na área de ciências humanas.”. Cf. *Organizando a História Geral da Civilização Brasileira. Op. cit.* p. 162.

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Erudição e Imaginação. Diário Carioca, 23, jul., 1950.*

²⁹ A primeira vista, há uma grande discrepância entre as idades dos participantes provenientes da academia e daqueles não vinculados às instituições universitárias. Tudo faz crer que as lacunas referidas pelo autor em estudos acadêmicos foram preenchidas por intelectuais bastante conhecidos nas especialidades em que dissertaram. O fator idade, neste caso, ajudaria a confirmar esta hipótese. Por outro lado, o perfil do participante vindo da Universidade tende a ser mais jovem. Corroboraria, também, a hipótese de que o processo de especialização acadêmica das disciplinas das ciências humanas ainda não estava em fase madura de desenvolvimento.

³⁰ O colaborador Aziz N. Ab’Saber participou como intelectual da FFCL-USP com um artigo no t. I, v. 1. Em seu segundo artigo, publicado no t. I, v. 2, este intelectual participou como membro da Faculdade de Filosofia de Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Para efeitos estatísticos, consideraremos este intelectual como pertencente a FFCL-USP em ambas as suas contribuições.

³¹ Vale ressaltar que, dentre estes 58 artigos, 2 deles foram co-autoria de Olga Pantaleão, respectivamente, com Sérgio Buarque de Holanda (t. I, v. 1) e Pedro Moacyr Campos (t. II, v. 1). Apesar da autora pertencer à FF de Marília, consideramos estes artigos como parte da produção uspiana.

³² CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Op. cit.* p. 64.

³³ É o caso já citado do intelectual Aziz Ab’Saber.

³⁴ Sobre estes projetos editoriais ver: PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editoras, editores e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40, 50”. In: BARROS, Sérgio Miceli Pessoa de. *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001.